federação

PROPOSTA
REIVINDICATIVA

MISERICÓRDIAS

2025

FUNDAMENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

As instituições do sector social (IPSSS e Misericórdias) têm vindo ao longo dos anos a assumir um papel cada vez mais interventivo na realização das funções sociais do Estado e no apoio às populações mais vulneráveis - em áreas como os idosos, a saúde, a infância, os sem abrigo e a deficiência. Consequência directa do desinvestimento feito pelo Estado em áreas cruciais e centrais não só para o desenvolvimento, como para a diminuição das desigualdades e das vulnerabilidades dos cidadãos e das populações. Tal cooperação desenvolve-se com base nos Acordos de Cooperação bianuais celebrados entre as Instituições do Sector Social e Solidário e o Governo.

O sector social e solidário tem igualmente vindo a desempenhar um papel importante na economia nacional, por via dos mecanismos de empregabilidade, conforme referido na Conta Satélite da Economia Social 2019-2020, em que as organizações do sector representam 5,9% do trabalho remunerado, valor que face à economia nacional é superior em 0,4%, facto que é elucidativo desta dinâmica e dos eu potencial ao nível do mercado de trabalho.

O conjunto de medidas que têm sido apresentadas pelo Governo, não tem como objectivo a ruptura com a política económica e social existente no País, mas antes são a manutenção de mecanismos e de instrumentos colocados à disposição do patronato para aumentar a exploração de quem cria riqueza, como é o caso da redução das taxas de IRS, que mais não é do que uma medida falaciosa para o trabalhador, quanto ao seu real salário.

As políticas em curso, são desfavoráveis aos trabalhadores, e têm como resultado concreto o elevado empobrecimento e degradação das condições de vida dos que trabalham, aumentando de forma drástica as desigualdades existentes. A manutenção de uma política de baixos salários, de precarização do trabalho e desregulamentação das relações de trabalho, promovidas pelo Governo, às quais se junta no momento actual o aumento do custo de vida, as elevadas taxas de inflação, e o aumento exponencial da habitação. Exigem alterações estruturais na política salarial existente.

Mantém-se a urgência do aumento significativo dos salários, considerando a perda acumulada de poder de compra dos trabalhadores ao longo dos últimos anos a qual não se reverte com alterações na política fiscal.

Importa agora centrar estas questões ao nível do sector social, o qual se suporta igualmente das mesmas orientações políticas e económicas, com a manutenção de baixos salários e actualizações salariais muito inferiores aos valores da inflação. Em consequência, os trabalhadores tem sido alvo de sucessivas depreciações do seu salário, de tal forma que neste momento mais de 50% auferem como vencimento base o RMMG. Tal situação tem promovido o "achatamento" da Tabela de retribuições mínimas facto que tem contribuído para um "apagamento" da diferenciação existente entre níveis, e a consequente não valorização efectiva das competências e experiência profissional dos trabalhadores.

Desta forma, e considerando a importância destes trabalhadores, na estrutura e desenvolvimento económico do País, e no assegurar das funções sociais do Estado, torna-se obrigatório que os valores da actualização dos Acordos de Cooperação negociados com o Governo, tenham impacto directo nas suas remunerações, situação que tem vindo ao longo do tempo a ser rejeitada pelas Entidades Empregadoras do Sector.

Os Acordos de Cooperação negociados para o sector, têm-se revelado em termos percentuais muito superiores aos valores das actualizações salariais, sendo os mesmos sujeitos a actualizações extraordinárias com efeitos retroactivos a Janeiro como aconteceu em 2024. Pelo que urge que, seja nos Acordos de Cooperação seja nas Adendas ou Memorandos negociados à posterior das negociações anuais, se consigne uma rubrica nos mesmos para os valores das actualizações salariais destes trabalhadores.

Para o ano de 2024, foi negociada uma actualização aos Acordos de Cooperação, que se traduz num aumento de 9,6% para os ERPI e Lar residencial e de 6% para as restantes respostas, estando neste momento a ser negociada as actualizações ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o próximo Biénio, para além de uma actualização extraordinária que foi efectivada em Outubro de 2024 com efeitos retroactivos a Janeiro. Quer o reforço de verba, quer as actualizações extraordinárias tem como fundamento os aumentos dos custos e da inflação, no entanto os mesmos não revertem para os trabalhadores apesar destes estarem igualmente expostos a estas variáveis.

As instituições do sector social são locais de trabalho onde os trabalhadores estão sujeitos a longos períodos de trabalho, elevados e intensos ritmos de trabalho, sujeitos a elevadas pressões físicas e psicológicas, e a uma cada vez maior variabilidade nos horários de trabalho, situação que dificulta a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal.

Sendo este um sector que pode e deve ser enquadrado numa área de actividade de desgaste rápido, é de toda a justiça que se diminua o período normal de trabalho semanal e diário, no sentido de permitir a estes trabalhadores a recuperação física e psicológica necessária para a prossecução do seu trabalho.

Considerando a situação nacional em termos económicos, a revisão das matérias pecuniárias para o ano de 2025, reveste-se de elevada importância, seja pala necessidade de uma valorização salarial significativa dos trabalhadores, seja pela necessária e urgente reposição do seu poder de compra, e das suas condições de vida. Para além da valorização salarial significativa, consideramos igualmente que existem outras matérias de natureza pecuniárias que devem ser revistas e actualizadas.

Por sua vez é ainda de elevada importância a aquisição e actualização de competências dos trabalhadores com base em formação certificada, tendo em vista o desenvolvimento profissional enquanto garante da qualidade das acções desenvolvidas junto dos utentes e das populações mais fragilizadas. Simultaneamente é necessário que se verifique uma valorização das profissões e se respeitem os conteúdos funcionais.